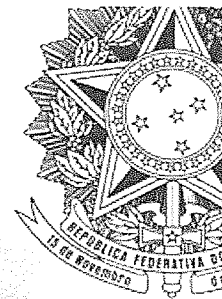
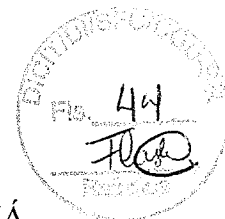


# Parecer de Dirigente do Controle Interno



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno



**Parecer:** 201407813

**Processo:** 00203.000707/2014-43

**Unidade Auditada:** INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

**Ministério Supervisor:** MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**Município (UF):** Tefé (AM)

**Exercício:** 2013

**Autoridade Supervisora:** CLELIO CAMPOLINA DINIZ

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da CGU quanto ao processo de contas do exercício da Unidade acima referida, expresse opinião acerca dos atos de gestão referente ao exercício de 2013, a partir dos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

Quanto aos resultados das políticas públicas executadas, a Ação "Desenvolvimento de projeto de pesquisa sobre conservação da biodiversidade e biologia de recursos naturais pelos GP's do IDSM – Pessoa Física" foi a de maior volume de recursos executados no exercício de 2013 pelo IDSM, relacionadas a esta ação governamental foram executadas despesas no montante de R\$ 464.467,00, que corresponde a 18,28% do total das despesas sob a responsabilidade da Unidade. O Relatório de Auditoria consignou a pertinência dos gastos com as ações executadas.

Em relação à qualidade e suficiência dos controles internos administrativos da unidade, foi verificado que no âmbito do IDSM os componentes do controle interno – ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento – se encontram adequadamente instituídos com o destaque que foi concluída a primeira fase do projeto de *Assessment* (Avaliação) que se iniciou no exercício de 2012 com a contratação de consultoria especializada em Governança e Processos a fim de mapear, identificar pontos críticos e para sugerir melhorias nos processos vigentes nas Coordenações da Diretoria Administrativa. Entretanto, foram identificadas fragilidades, de pouca intensidade, na formalização dos processos licitatórios que demonstram que há espaço para o aperfeiçoamento do conjunto de controles internos.

Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília/DF, 07 de agosto de 2014.



---

WAGNER ROSA DA SILVA  
Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura